

ALOCUÇÃO DE ABERTURA
DO PRESIDENTE V. GISCARD D'ESTAING
À CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Os nossos agradecimentos ao Presidente do Conselho (por nos ter criado)
ao Presidente do Parlamento Europeu (por nos albergar e por
assegurar o contacto com os eleitores da única instituição europeia eleita)
ao Presidente da Comissão (por nos inspirar e por connosco
partilhar a experiência da sua instituição).

Mesdames, Messieurs,
Ladies and Gentlemen,
Meine Damen und Herren,
Signore e Signori (IT)
Señoras y Señores (ES)
Dames en heren (NL)
Mine damer og herrer (DK)
Κυρίες και Κύριοι GR)
Minhas Senhoras e Meus Senhores (PT)
Hyvät naiset ja herrat (FI)
Mina damer och herrar (SV)
Szanowni Państwo (PL)

Sois os membros da Convenção sobre o Futuro da Europa.

Sois os "Convencionais" da Europa.

Nessa qualidade, detendes o poder de que é investido qualquer órgão político: o poder de ter
êxito ou de fracassar.

De um lado, o abismo hiante do fracasso. Do outro, a porta estreita do sucesso.

Se fracassarmos, estaremos a avolumar o presente estado de confusão do projecto europeu,
sabendo nós que esse projecto não estará em condições de proporcionar, após o alargamento em
curso, um sistema de gestão do nosso continente que seja eficaz e compreensível para a opinião
pública. O que tem vindo a ser construído desde há cinquenta anos chegaria ao limite e correria o
risco de se desarticular.

Se tivermos êxito, quer dizer, se acordarmos em propor um conceito de União Europeia adaptado não só à dimensão continental como às exigências do século XXI, um conceito transmissor de unidade para o nosso continente e de respeito pela sua diversidade, podereis separar-vos e regressar a casa, quer sejais ítalo-europeus, anglo-europeus, polaco-europeus – ou todos os outros – levando convosco o sentimento de terdes contribuído, modesta mas eficazmente, para que se escrevesse um novo capítulo da História da Europa.

*
* *

Como preâmbulo a esta Convenção, gostaria de vos dizer quão essencial é o nosso trabalho para a Europa e até para o mundo; de vos dizer também que a nossa missão será difícil, pois deverá conjugar a dinâmica de um movimento que congregue os Estados e os homens com um grande rigor de pensamento e de método; terminarei com um apelo ao entusiasmo lançado a vós, "Convencionais", aos dirigentes dos Estados-Membros e dos Estados candidatos, e a todas as cidadãs e a todos os cidadãos da Europa, dos mais velhos – que sofreram com as cruéis confrontações do passado – aos mais novos – que sonham com o momento em que se abrirá na Europa um amplo espaço de liberdade e de oportunidade.

*
* *

Criando esta poderosa equipa da Convenção, da qual sois membros, o Conselho Europeu não podia ter sublinhado de forma mais convincente a importância dos nossos trabalhos.

Esta equipa de 105 membros está à altura do desafio que nos é lançado:

– a Convenção apoiar-se-á em dois Vice-Presidentes de primeiro plano, Giuliano Amato e Jean-Luc Dehaene, que exerceram cargos da maior responsabilidade em dois países fundadores;

- a presença, entre os representantes do Parlamento Europeu, dos Parlamentos nacionais e dos Governos, de personalidades de grande envergadura que reflectiram sobre os dados do debate europeu garantirá a qualidade do diálogo que irão manter com as respectivas instâncias nacionais, em relação às quais desempenharão o papel fundamental de intermediários;
- a este propósito, agradeço vivamente às instâncias que responderam positivamente ao meu apelo, designando mulheres para as representar;
- quanto aos dois representantes da Comissão, far-nos-ão beneficiar da sua grande competência e do seu conhecimento prático da Europa comunitária;
- a forte representação dos países candidatos, com 39 membros, assegurará à Convenção um conhecimento preciso das suas aspirações e do papel que desejam desempenhar na Europa;
- o Secretariado-Geral da Convenção será assegurado por um diplomata de alto nível com experiência das instituições europeias. Agradeço ao Governo do Reino Unido o facto de ter facilitado a sua designação.

Por último, a pequena equipa do Secretariado-Geral, jovem e talentosa, escolhida exclusivamente em função dos seus méritos, constituirá seguramente o mais brilhante *think tank* da grande aventura europeia e será um instrumento de coerência e de método para os nossos trabalhos.

*

* *

A Convenção inscreve-se na continuidade de uma História europeia rica e fecunda.

O caminho percorrido desde Jean Monnet, Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak e Alcide de Gasperi é gigantesco, quase inacreditável.

A vossa simples presença comum nesta sala teria parecido inimaginável e teria feito sonhar os britânicos, os alemães, os franceses e os neerlandeses, há menos de sessenta anos, e os checos, os húngaros e os romenos, há menos de quinze anos.

A Europa avançou passo a passo, Tratado a Tratado. O caminho ficou pontuado por acordos parciais e por crises, rapidamente ultrapassadas. O traço mais marcante é que a Europa pareceu talvez bloqueada, em certos momentos, mas nunca recuou.

Ao mudarem de moeda, com uma notável capacidade de adaptação e uma expressão de contentamento popular, 302 milhões de europeus acabam de responder com desenvoltura à acusação de eurosclerose e de demonstrar que são capazes de aprovar o que lhes é proposto se o considerarem simples e útil.

Ao longo deste percurso, as instituições europeias – o Conselho, o Parlamento Europeu, a Comissão, o Tribunal de Justiça – prestaram serviços notáveis a que temos de prestar homenagem.

Ora, não podemos deixar de constatar, ao mesmo tempo, que estas iniciativas estão a chegar ao limite. O processo de união da Europa dá sinais de exaustão, como sublinhou a Declaração de Laeken.

Os mecanismos de decisão complicaram-se a ponto de se tornarem incompreensíveis para a opinião pública. Desde Maastricht, os últimos tratados foram difíceis de negociar e não corresponderam aos objectivos iniciais: os debates nas instituições cederam muitas vezes a interesses nacionais, em detrimento do bem comum europeu. Por último, a taxa de abstenção nas eleições europeias está a atingir um nível inquietante, tendo em 1999 sido ultrapassado, pela primeira vez, o tão simbólico limiar dos 50%!

A inadaptação, que já afecta a Europa na sua geometria actual, será ainda mais crítica na Europa alargada.

Temos de encontrar uma solução para esta situação, não só no interesse da Europa, mas também no interesse do mundo.

O mundo actual carece de uma Europa forte, unida e pacífica.

O mundo sentir-se-ia melhor se pudesse contar com a Europa, uma Europa que se exprimisse a uma só voz, para afirmar o respeito pelas suas alianças, é claro, mas também para fazer ouvir, sempre que necessário, uma mensagem de tolerância e de moderação, de abertura em relação às diferenças e de respeito pelos direitos do Homem.

Não esqueçamos que foi o nosso continente que, desde a antiguidade greco-romana até ao Século das Luzes, deu à humanidade três contributos fundamentais: a razão, o humanismo e a liberdade.

Sim, todos se sentiriam melhor no nosso planeta se pudessem ouvir a voz forte da Europa.

Se tivermos êxito, dentro de 25 ou 50 anos – a distância que nos separa do Tratado de Roma – a Europa terá mudado de papel no mundo.

Será respeitada e ouvida, não só como a potência económica que já é, mas como uma potência política que falará de igual para igual com as maiores potências do planeta – existentes ou vindouras – e que disporá dos meios de acção de que precisa para afirmar os seus valores, para garantir a sua segurança e para desempenhar um papel activo na manutenção da paz internacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores, membros da Convenção, os nossos trabalhos constituirão apenas uma etapa da nova Europa, mas trata-se de um ponto de passagem obrigatório para dar um alento renovado à nossa aventura plurinacional.

*
* *

O actual "marcar passo" da Europa deve-se a vários factores, nomeadamente o emaranhado das competências, a complexidade dos procedimentos, e talvez também o enfraquecimento da vontade política; no entanto, creio que se deve sobretudo a uma causa central: a dificuldade de conjugar um forte sentimento de pertença à União Europeia com a manutenção de uma identidade nacional.

Esta dificuldade existe já hoje. Mas será acentuada pelo número e pela diversidade dos Estados que amanhã irão participar na vida da União Europeia.

Trata-se de uma exigência relativamente recente. Durante as primeiras décadas da união da Europa, em que as identidades nacionais continuavam a ser tão fortes que chegaram a alimentar confrontos sangrentos para as proteger, ou para as alargar, e em que o projecto apenas dizia respeito a uma pequena Europa, relativamente homogénea, a única questão que se punha era a de fazer avançar a integração europeia.

Desde os anos 90, temos vindo a assistir ao crescimento de uma outra exigência: a da procura de compatibilidade entre, por um lado, o desejo de pertença a uma União Europeia forte e, por outro, a manutenção de um enraizamento sólido na vida política, social e cultural nacional.

Devemos velar por que os governos e os cidadãos desenvolvam uma "affectio societatis" europeia, forte e reconhecida, conservando simultaneamente o seu apego natural à respectiva identidade nacional.

Foi tendo em conta todos estes dados que o Conselho Europeu, reunido em Laeken, decidiu criar a Convenção sobre o Futuro da Europa, de que sois membros, tendo-lhe atribuído por missão preparar a reforma das estruturas europeias e lançar-nos, se disso nos mostrarmos capazes, na via de uma Constituição para a Europa.

*
* *

Qual deve ser, então, o nosso programa?

E de que forma vamos conduzir os nossos trabalhos?

A situação europeia actual convida-nos a olhar para trás, a fim de redescobrirmos as origens e de nos interrogarmos sobre a finalidade do projecto europeu.

A primeira fase dos nossos trabalhos será assim uma fase de auscultação, aberta e atenta.

Deveremos interrogar-nos entre nós, "Convencionais", e interrogar também todos os nossos interlocutores, para encontrar a resposta à pergunta: "o que esperam os Europeus da Europa, no início do século XXI?".

Devemos partir para este processo sem ideias preconcebidas e formar a nossa visão da nova Europa através de uma auscultação constante e atenta de todos os nossos parceiros, governantes e governados, parceiros económicos e sociais, representantes das comunidades territoriais – já hoje aqui presentes – membros das associações e da sociedade civil representadas no Fórum, mas também todas aquelas e aqueles que não têm qualquer outra identidade para além da sua pertença à Europa.

Nesta fase de auscultação, devemos privilegiar dois alvos: os jovens, para os quais gostaria que pudéssemos organizar uma "Convenção dos Jovens da Europa", que se reuniria segundo o modelo da nossa sessão; e os cidadãos dos países candidatos, que irão descobrir e, simultaneamente, aprender a União Europeia.

Recorreremos aos modernos meios interactivos de auscultação, nomeadamente à Internet. Todos e cada um deverão poder ser ouvidos, o que pressupõe, evidentemente, uma organização eficaz e descentralizada que permita um diálogo sem fronteiras, quer sejam ideológicas ou partidárias.

Da mesma forma, manifesta-se o desejo de uma consulta interactiva, que permita à sociedade civil manifestar-se sobre algumas das nossas futuras propostas.

O Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene aceitou a incumbência de coordenar a acção da Convenção neste domínio.

As nossas primeiras reuniões serão consagradas a esta auscultação do desejo de Europa.

Interrogar-nos-emos, designadamente, sobre a questão de saber como imaginam os Europeus a Europa daqui a 50 anos. Desejarão uma Europa que tenda para a homogeneidade – uma Europa mais uniforme –, conduzida por uma dinâmica de harmonização?

Preferirão uma Europa que conserve a sua diversidade, respeitando as identidades históricas e culturais? Estes dois objectivos implicam, evidentemente, abordagens diferentes.

De igual modo, deveremos intensificar a nossa auscultação relativamente a uma questão que a Declaração de Nice colocou no topo das missões confiadas à nossa Convenção e cuja importância é sublinhada pela Declaração de Laeken: a definição das competências respectivas da União Europeia e dos Estados-Membros. Ou seja, a resposta à famosa pergunta: quem faz o quê na Europa? Quais devem ser essas competências da União e dos Estados? Deverão privilegiar-se as competências exclusivas, ou deverá antes aceitar-se a existência de um vasto sector de partilha de competências? Quais devem ser as modalidades de exercício dessas competências, para que sejam compreensíveis para a opinião pública?

Neste processo de auscultação, poderemos recorrer aos trabalhos particularmente enriquecedores levados a cabo pelo Parlamento Europeu.

A fim de facilitar a tarefa aos nossos interlocutores da sociedade civil, teremos talvez de elaborar uma forma de "questionário sobre a Europa", a exemplo do que já foi feito em certos Estados-Membros.

*
* *

Após esta fase de auscultação, teremos de conduzir duas abordagens paralelas.

Em primeiro lugar, teremos de procurar respostas para as questões levantadas na Declaração de Laeken. Essas questões podem classificar-se em seis grandes grupos: questões fundamentais sobre o papel da Europa; a repartição de competências no seio da União Europeia; a simplificação dos instrumentos da União; o modo de funcionamento das instituições e a sua legitimidade democrática; uma só voz para a Europa nos assuntos internacionais e, por último, a abordagem a adoptar tendo em vista uma Constituição para os cidadãos europeus.

Simultaneamente, teremos de estudar atentamente as diversas fórmulas preconizadas por outros para o Futuro da Europa e que estão agora a ser difundidas.

Nesta fase, o nosso papel não será o de fazer juízos de valor sobre elas, mas simplesmente o de as analisar, juntamente com todas as suas implicações, e de verificar a sua coerência, nomeadamente no que se refere às questões levantadas em Laeken, a fim de avaliar o seu impacto sobre o futuro da Europa daqui a 25 anos e daqui a 50 anos.

Em especial, analisaremos as seguintes fórmulas:

- a organização das instituições europeias decorrente do Tratado de Nice;
- o plano para uma Europa organizada segundo um modelo federal, tal como apresentado, designadamente, pelos decisores de alto nível alemães;
- o documento elaborado pela Comissão Europeia sobre a modernização do método comunitário;
- as propostas de soluções subordinadas ao conceito de uma "federação de Estados-Nação", quer envolvam, quer não, a criação de uma segunda câmara.

Logo que essa análise esteja concluída, a Convenção poderá encetar a terceira fase dos trabalhos: a formulação de recomendações e, certamente, de uma proposta.

Teremos de dar resposta à exigência de simplificação dos Tratados, com o objectivo de conseguir um Tratado único, que todos possam ler e que todos possam entender.

A Declaração de Laeken dá à Convenção a liberdade de optar entre apresentar diversas opções ou formular uma recomendação única.

Seria contrário à lógica da nossa abordagem fazer essa escolha neste momento.

No entanto, não há dúvida de que, aos olhos do público, a nossa recomendação teria um peso e uma autoridade consideráveis se conseguíssemos chegar a um amplo consenso sobre uma proposta única subscrita por todos nós.

Se chegássemos a um consenso sobre este ponto, abriríamos caminho no sentido de uma Constituição para a Europa.

A fim de evitar problemas de carácter semântico, chamemos-lhe a partir de agora: "tratado constitucional para a Europa".

*
* *

Tratarei agora da condução dos trabalhos.

Todos podem avaliar a imensidão da tarefa a realizar, se de facto pretendermos levar até ao fim as nossas reflexões e redigir os textos correspondentes às nossas propostas.

O prazo de um ano que nos foi atribuído é relativamente curto.

Esforçar-nos-emos por respeitá-lo.

No entanto, desde já afirmo que não estou disposto a sacrificar nem a autenticidade da auscultação dos cidadãos europeus, nem a qualidade dos trabalhos da nossa Convenção e das propostas por ela elaboradas.

Os aspectos práticos do funcionamento da nossa Convenção não cabem no âmbito desta sessão inaugural. Defini-los-emos durante a nossa primeira sessão de trabalho.

Todavia, gostaria de vos apresentar três observações que me parecem importantes para a orientação dos trabalhos.

1. Não somos nem uma Conferência Intergovernamental, nem um Parlamento.

Somos uma Convenção.

Não somos uma Conferência Intergovernamental, pois não recebemos dos nossos Governos mandato para negociar em seu nome soluções por nós propostas.

Não somos um Parlamento, pois não somos uma instituição eleita pelos cidadãos para elaborar textos legislativos. Esse papel cabe ao Parlamento Europeu e aos Parlamentos nacionais.

Somos uma Convenção.

Que quer isto dizer?

Uma Convenção é um grupo de homens e mulheres reunidos exclusivamente para elaborar um projecto comum.

O princípio da nossa existência, é na nossa unidade que reside.

Os membros das quatro componentes da nossa Convenção não deverão considerar-se como meros porta-vozes de quem os designou – Governos, Parlamento Europeu, Paramentos nacionais e Comissão. Assim também, Giuliano Amato não falará em nome da Itália, nem Jean-Luc Dehaene em nome da Bélgica, nem eu próprio em nome da França.

É óbvio que cada qual se há-de manter fiel ao seu mandato, mas deverá dar o seu contributo pessoal aos trabalhos da Convenção.

Sejamos claros. Esta Convenção não poderá ter êxito se se limitar a ser o lugar de expressão de opiniões divergentes. Terá de se tornar no cadinho em que, mês após mês, se elaborará uma abordagem comum.

Para poder ouvir, a Convenção terá de se voltar para o exterior.

Mas para reflectir naquilo que possamos propor, os membros da Convenção terão de se voltar uns para os outros, e de forjar pouco a pouco um "espírito da Convenção".

Para o exterior, para ouvir. Para o interior, para propor.

*
* *

2. A minha segunda observação diz respeito ao que vai passar-se no quadro da Convenção propriamente dita.

A Declaração de Laeken atribuiu à Convenção duas Estruturas: um Presidente e dois Vice-Presidentes, por um lado, e, por outro lado, um Praesidium de 12 membros.

Alguns de vós nutrem certos receios quanto aos papéis respectivos do Praesidium e do Plenário. Temem que, na prática, o grosso do trabalho venha a decorrer no Praesidium.

A este respeito, tenho a declarar que para mim a Convenção é a Convenção!

É normal que os trabalhos da Convenção sejam preparados e organizados pelo Praesidium, como acontece em todas as assembleias e associações.

Os debates, porém, é aqui que se farão e hão-de ser públicos.

Tudo o mais dependerá em grande medida de vós e do conteúdo dos vossos contributos.

Se os vossos contributos visarem efectivamente construir um consenso, se nas vossas propostas e observações tiverdes em conta os outros membros, então poderemos ir apurando passo a passo nesta Convenção o conteúdo do consenso final.

3. A minha terceira observação é uma simples reflexão.

A nossa Convenção constitui a primeira ocasião, desde a Conferência de Messina de 1955, em que responsáveis europeus congregam meios e estipulam prazos para procederem a uma reflexão aprofundada sobre o futuro da União da Europa.

É certo que, entretanto, houve várias conferências intergovernamentais, mas estas eram instâncias destinadas à negociação diplomática entre os Estados-Membros, em que cada qual procurava legitimamente maximizar os seus ganhos sem atender à visão de conjunto.

O Conselho Europeu, por seu turno, decidiu por várias vezes realizar reuniões sobre o futuro das instituições europeias, mas, fosse pela pressão dos acontecimentos internacionais, fosse pelos condicionalismos que pesavam sobre o tempo de que dispunha, tais deliberações só raramente puderam prolongar-se para além de um dia.

Assim sendo, os trabalhos da nossa Convenção apresentam o carácter de uma refundação intelectual do futuro da União Europeia.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que conclua, fazendo um apelo ao entusiasmo,

Trata-se de um termo vindo da palavra grega "en-thousia", que significava "inspirado por um deus". No nosso caso, a inspiração viria de uma deusa, a Europa!

Acusam-nos com frequência de não suscitarmos sonhos de Europa, de nos contentarmos com construir uma estrutura complicada, opaca, reservada exclusivamente aos iniciados da economia e da finança.

Pois bem, sonhemos Europa!

Imaginemos um continente pacificado, liberto das suas divisórias e das suas peias, no qual a História e a Geografia se reconciliem finalmente, dando assim a todos os Estados da Europa a possibilidade de construir o seu futuro em conjunto, depois de terem seguido caminhos separados a Oeste e a Leste.

Um espaço de liberdade e de oportunidade, em que cada pessoa poderá mover-se consoante as suas preferências, para estudar, trabalhar, empreender, e completar a sua cultura.

Um espaço bem identificado pela maneira como há-de conseguir a síntese entre o dinamismo da criação, a necessidade de solidariedade, e a protecção dos mais fracos e mais desprovidos.

Mas também, um espaço em que subsistam e se desenvolvam fortes identidades culturais, simultaneamente conscientes das suas origens e curiosas do intercâmbio entre si, que pode estimulá-las.

Imaginemos também a voz da Europa no mundo. A sua unidade garantirá a sua influência e a sua autoridade.

Cada pessoa conhece a riqueza da sua cultura, e o vigor sempre renovado da sua criatividade.

A Europa trouxe ao mundo a razão, o humanismo e a liberdade.

Assiste-lhe autoridade para fazer ouvir uma mensagem de moderação, de busca de soluções mutuamente aceitáveis, e de apego apaixonado à paz.

A sua diversidade cultural garante a sua tolerância.

Tem também de se mostrar capaz de assegurar a sua própria segurança, seja qual for a natureza dos perigos.

Sim, podemos sonhar, e fazer sonhar Europa!

Se falhássemos, cada país regressaria para uma lógica de livre câmbio. Nenhum de nós, nem sequer os maiores, teria peso suficiente face aos gigantes do mundo. Ficaria cada um de nós entregue a si próprio, mergulhado numa interrogação entristecida sobre as causas do nosso declínio e da nossa situação de dominados.

O nosso apelo ao entusiasmo dirige-se aos outros europeus, mas antes do mais a nós próprios.

Para cativar e convencer os outros, temos de sentir um interesse apaixonado pelo êxito da nossa tarefa, uma tarefa modesta na sua forma, mas imensa no seu conteúdo, já que, se levada a bom termo, segundo o mandato que nos é conferido, iluminará o futuro da Europa.

Viva a Europa!

Obrigado.